




# ANACRONISMOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CONFLITOS DE TERRA NO PARANÁ A PARTIR DE SUAS REPERCUSSÕES MIDIÁTICAS

ANACHRONISMS IN GENDER RELATIONS IN  
LAND CONFLICTS IN PARANÁ BASED ON  
THEIR REPERCUSSIONS IN THE MEDIA

ANACRONISMOS EN LAS RELACIONES DE  
GÉNERO EN LOS CONFLICTOS POR LA  
TIERRA EN PARANÁ A PARTIR DE LA  
REPERCUSIÓN MEDIÁTICA

 10.5935/2177-6644.20230031

**Júlio César Rigoni Filho \***

 [0000-0002-5151-1623](https://orcid.org/0000-0002-5151-1623)

**Resumo:** Analisam-se os modos pelos quais as trajetórias de vida e as biografias de pessoas empobrecidas são representadas, atentando-se para suas reivindicações e seu reconhecimento na sociedade. Inicialmente, traça-se um panorama histórico da concentração fundiária no Paraná, com leituras sobre a mobilidade e os deslocamentos populacionais, diante da urbanização desigual de sua capital, Curitiba, o que contrasta com o ideal de cidade modelo. No artigo, aproximam-se duas reportagens produzidas em contextos temporais distantes que tematizam a vulnerabilidade que atinge as mulheres sem terra ou moradia. Percebe-se como os deslocamentos populacionais afetam as populações mais pobres, que ao serem expulsas do campo passam a ocupar áreas periféricas das grandes cidades, tornando-se reféns de outros conflitos territoriais.

**Palavras-chave:** Curitiba. Conflitos de terras. Imagens. Mulheres. Paraná.

**Abstract:** The ways in which the life trajectories and biographies of impoverished people are represented are analyzed, paying attention to their demands and their recognition in society. Initially, a historical overview of land concentration in Paraná is drawn up, with readings on population mobility and displacement, given the uneven urbanization of its capital, Curitiba, which contrasts with the ideal of a model city. The article brings together two reports produced in distant time contexts that focus on the vulnerability of women without land or housing. It looks at how population displacement affects the poorest populations, who, after being expelled from the countryside, move to the outskirts of large cities, becoming hostages to other territorial conflicts.


**Key-words:** Land conflicts. Images. Women. Paraná.

**Resumen:** Se analizan las formas en que se representan las trayectorias vitales y las biografías de las personas empobrecidas, prestando atención a sus reivindicaciones y a su reconocimiento en la sociedad. Inicialmente, se traza un panorama histórico de la concentración de la tierra en Paraná, con lecturas sobre la movilidad y el desplazamiento de la población ante la urbanización desigual de su capital, Curitiba, que contrasta con el ideal de ciudad modelo. El artículo reúne dos informes producidos en períodos distantes que tematizan la vulnerabilidad de las mujeres sin tierra ni vivienda. Vemos cómo el desplazamiento de población afecta a las poblaciones más pobres, que, tras ser expulsadas del campo, se trasladan a la periferia de las grandes ciudades, convirtiéndose en rehenes de otros conflictos territoriales.

**Palabras-clave:** Curitiba. Conflictos por la tierra. Imágenes. Mujeres. Paraná.

---

\* Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

 [7768271792382421](mailto:julinhorigoni@icloud.com) - E-mail: [julinhorigoni@icloud.com](mailto:julinhorigoni@icloud.com).

## **Introdução**

Ao observar a história do estado do Paraná, atentando-se para os conflitos instituídos no contexto da concentração de terras, nota-se que indivíduos e grupos com menor poder aquisitivo enfrentavam, e ainda enfrentam, dificuldades para ocupar o espaço agrário. Esses confrontos também ocorrem no espaço urbano, como nas questões de moradia na capital do estado, Curitiba. Muitas das situações de vulnerabilidade impostas aos sujeitos menos favorecidos no estado advém desse contexto de concentração territorial. Ainda, há a dimensão negligenciada dos direitos trabalhistas de sujeitos que atuavam nas áreas agrícolas. Neste artigo, esses elementos são contextualizados a partir de duas matérias jornalísticas, sob a ótica de pesquisadores como Serra (2010), Volochko (2016), Fernandes (2008) e Prado Jr. (2008).

A primeira matéria jornalística é a reportagem *Lavradoras Sem Terra*, veiculada na Edição de número cinco do *Jornal Brasil Mulher*. Ela retrata o sofrimento de uma mulher, Etelvina, e sua família, que foram expulsos de sua propriedade rural, em 1976. Dessa matéria resgatam-se alguns trechos e a ilustração que acompanha a reportagem.

A seleção por veículos de mídia alternativas, como o *Jornal Brasil Mulher*, publicação editada por mulheres ligadas aos movimentos sociais, pretende uma virada profana na concepção dos povos sem terra a partir de seus próprios movimentos, enxergando suas alegrias e dores, logo, suas condições de vida. O jornal surge no período de pós-luta armada, entre os anos de 1978 e 1980, no qual inicia-se uma relativa abertura do Estado ditatorial, embora a censura ainda rondasse a sociedade e os meios culturais, bem como uma valorização de questões subjetivas e individuais. Esses jornais tinham uma triagem irregular, além da circulação restrita, sendo vendidos pelos próprios militantes, ou em bancas, eventos e sedes de organizações clandestinas. Existiram 16 edições regulares e quatro edições extras, entre os anos de 1975 e 1980, com tiragem de 5 a 10 mil exemplares, alcançando diversos estados brasileiros com o apoio das mulheres que produziam o periódico e de militantes que apoiavam a iniciativa (LEITE, 2003).

Na sequência, analisa-se uma imagem, veiculada no *site* do *Movimento Sem Terra*, de um despejo forçado da ocupação Povo Sem Medo, na região sul de Curitiba, que ocorreu em janeiro de 2023. A fotografia foi extraída de uma matéria produzida pela assessoria de

imprensa do MST, na qual revelam-se os planos de atuação do movimento em mobilizações que seriam realizadas em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

A partir dessas imagens pretende-se tensionar os limites da própria história no que diz respeito à disposição dos conflitos habitacionais, hipotetizando que há marcas que ultrapassam o passado e mantêm-se nos atuais problemas urbanísticos do Paraná, como possibilidades de leituras anacrônicas, na perspectiva de Didi-Huberman (2014; 2017). Já os aspectos ligados a gênero, visibilidade e vulnerabilidade são observados a partir de Butler (2010; 2015; 2019).

Mas, além desses aspectos, os objetos empíricos permitem refletir sobre como as trajetórias de vida e biografias das pessoas que se encontram nesses conflitos são representadas. O que envolve a visibilidade, ou invisibilidade, conferida às suas lutas, bem como a forma como suas reivindicações são acolhidas, ou refutadas, pela sociedade, diante do papel da mídia em expor tais acontecimentos. Isso, ao dispor de imagens extraídas de mídias alternativas como objeto da investigação, como o *Jornal Brasil Mulher*, analisado por Leite (2003) e por Costa & Costa (2021) como ponto de convergência de lutas femininas, e o portal eletrônico do Movimento Sem Terra, que na perspectiva de Gohn (2018) envolve o uso da *internet* e das redes sociais pelos movimentos e organizações. Considera-se que os grupos midiáticos do Paraná possuem relação com as elites na defesa de seus interesses, nos apontamentos de Pierone & Zapani (2016).

Entende-se como anacronismo o movimento de ler acontecimentos e eventos históricos em uma perspectiva temporal distante de sua época original. A partir de Didi-Huberman (2016) compreende-se que embora o presente possa ser captado pelo aparelho fotográfico, trata-se de enquadramentos de formas visíveis de apresentação da cidade e do campo. Mas pela câmera fotográfica consegue-se escavar o tempo, adentrando sua espessura e tornando-o uma desordem visível, como um sintoma de algo sobrevivente. Por isso, as constelações de imagens, no caso deste texto, a união de duas imagens provenientes de duas matérias produzidas em temporalidades distintas, são poéticas do tempo que gesta efeitos na política atual.

Trata-se, na perspectiva de Didi-Huberman (2014), de uma experimentação de aspectos visuais para abordar a configuração do espaço, pois assim como Aby Warburg entende-se que uma imagem é um veículo corpóreo da temporalidade. Ao coletar mil imagens de seu acervo pessoal e apresentá-las em justaposições em pranchas, o pesquisador

fazia com que elas colidissem. Isso também remonta às ideias de Walter Benjamin sobre a materialidade da história no campo das imagens dialéticas, ou seja, observar uma série de imagens, como se propõem neste artigo, é perceber as tensões, os conflitos e aproximações, valendo-se dos gestos humanos assumidos ao longo do tempo.

A opção metodológica por observar desse modo as mulheres que sofrem e reivindicam o direito a terra pretende tirar um pouco da escravidão imposta pelas condições de exposição desses sujeitos (DIDI-HUBERMAN, 2014), que na mídia hegemônica não tem seus direitos reconhecidos e, muitas vezes, são rotulados como invasores ou desordeiros que optam por viverem em situações precárias, responsabilizando-os pelos danos gerados historicamente pelo Estado.

Neste texto, ao localizar formas contra hegemônicas de representar os conflitos de terra, valendo-se das trajetórias de vida de mulheres envolvidas nesses cenários, pretende-se apontar essa capacidade de sobrevivência. Isso, para que se possam deduzir possibilidades de prolongar as cenas nas quais os danos sociais são expostos, em prol de suas reivindicações.

### **Aspectos históricos da concentração de terras no Paraná**

Pelo regime jurídico de acesso às terras denominado sesmaria, o território paranaense divide-se em propriedades particulares. Embora os donos das sesmarias paranaenses não mantivessem um interesse econômico pela terra, a posse dela era “[...] apenas uma forma de demonstrar poder político” (SERRA, 2010, p. 76). Essa ausência de atividade produtiva nas terras conquistadas torna as sesmarias, desde sua origem, uma propriedade improdutiva.

Situações nas quais um detentor de terras mais rico aproveitava-se de suas posses para expulsar os trabalhadores ou usufruir de forma injusta de sua força de trabalho eram comuns, “[...] na medida em que as frentes de ocupação avançavam do litoral para o interior paranaense, a partir do século XVII” (SERRA, 2010, p. 77).

Mas em 1822, um ato do Governo Imperial, extingue o modelo de sesmarias, o que na prática garantia que elites locais pudessem administrar os territórios. Em 1850, com a *Lei de Terras* redefinem-se aspectos das áreas devolutas, dominando o território de grandes propriedades em condição de improdutividade. Inexistiam atividades econômicas de destaque que justificassem a exploração das terras, logo, o que assinala a conquista de terras no estado, seja pelo modelo de sesmarias ou pelas apropriações irregulares de grandes posses, “[...] esteve sempre relacionada aos recursos naturais existentes (ouro e exploração madeireira, por

exemplo) ou à simples conquista da área como forma de demonstração de poder político” (SERRA, 2010, p. 78).

Devido às baixas produções alimentícias, a administração estadual estimulou o povoamento e o plantio, com base no imigrante estrangeiro. Todavia, muitas dessas áreas para colonização foram desviadas em apropriações irregulares, por meio grilagens, que desafiavam o poder estatal.

Nos aspectos da mobilidade internacional, ou seja, a chegada de imigrantes ao estado, recorda-se que com a *Lei Eusébio de Queirós*, em 1850, houve uma lenta diminuição, até a interrupção, do tráfico de escravizados, o que fez com que uma parcela da população de escravizados do Paraná fosse vendida para os cafeicultores de São Paulo, o que prejudicou o abastecimento agrícola paranaense, tendo em vista que os escravizados compunham grande parte dos trabalhadores rurais. Assim, destaca-se que o fomento à imigração no Paraná engloba o objetivo de abastecer o estado com gêneros alimentícios provenientes do trabalho agrícola. Outro interesse envolve a colonização de outras áreas do estado, a partir de obras públicas, como a estrada de ferro entre Paranaguá e Curitiba (BALHANA, 1996; OLIVEIRA, 2007).

Por exemplo, Oliveira (2007) retoma que em 1877 desembarcaram no Paraná imigrantes russos, com a promessa de um lote de terra na região dos campos gerais, no atual município de Ponta Grossa. Todavia, poucos desses imigrantes permaneceram no estado, o que trouxe uma repercussão negativa para as políticas imigratórias para a região. Já nas décadas seguintes, com a abolição da escravatura e as campanhas do governo brasileiro em prol da imigração, estabeleceu-se um plano de colonização com base em práticas agrícolas ao redor dos espaços urbanos, unindo colônias agrícolas e mercados consumidores. Com isso, ocorre uma intensa atividade colonizadora em territórios nos arredores de Curitiba. “A composição dos grupos de imigrantes estabelecidos nas colônias dessa área foi bastante heterogênea, compreendendo alemães, italianos, poloneses, em maior número, e franceses, suíços, ingleses e outros efetivos menores” (BALHANA, 1996, p.46).

Avançando um pouco, Serra (2010) pontua que somente com a crise cafeeira de 1930 que as classes econômicas e políticas detentoras de terras sofreram uma perda de poder, o que somado a Revolução de 1930 gerou um momento político capaz de adotar medidas para reverter e sanar as apropriações de terra no estado. Entretanto, a situação não se mostrou reversível.

As regiões do Paraná passaram por ocupações sem planejamento prévio, com posseiros isolados, trabalho anônimo e conflitos violentos. Foram os casos da *Guerra de Porecatu*, no final dos anos de 1940, entre posseiros e fazendeiros, e do *Levante dos Posseiros*, entre posseiros e colonizadores no final dos anos de 1950. Apenas no início dos anos de 1960 que o estado alcançou uma breve paz no campo (SERRA, 2010).

Vale destacar que o desequilíbrio entre as áreas do estado gerava desemprego, e os sujeitos excluídos da propriedade fundiária ou do mercado de trabalho aventuravam-se em busca de terras, “[...] desde que o ‘aventureiro’ dispusesse de capital financeiro, no mínimo suficiente para o pagamento da entrada do lote, considerando que as prestações seguintes poderiam ser quitadas com o arrendamento da própria terra adquirida” (SERRA, 2010, p. 80).

Na região norte do estado, o café torna-se uma cultura rentável, dado o clima e o solo, bem como as experiências dos produtores advindos de São Paulo e de Minas Gerais. Eram posses de pequenos proprietários que dividiam o espaço cultivado com a agricultura de subsistência e com o plantio do café. Serra (2010) aponta que em 1967 cerca de 90 mil famílias encontravam-se em situação de desemprego, ao passo que 450 mil trabalhadores estavam desempregados. Comumente, referiam-se a mão-de-obra com o termo ‘enxada’, sendo uma enxada uma jornada de um trabalhador adulto e meia-enxada a jornada de trabalho de uma mulher, criança ou idoso.

O declínio do setor primário da economia do Paraná, na década de 1970, envolveu a crise do café, a erradicação dos subsídios do Governo Federal a partir de 1962, as geadas entre os anos de 1969, 1972 e 1975, a mecanização das lavouras (SERRA, 2010). A partir dessas distorções, diversos fluxos migratórios da população do campo em direção a Curitiba. Isso alterou o espaço demográfico, dado o aumento quantitativo, bem como os modos de vida tanto na cidade quanto no campo, iniciando-se, na década de 1980, uma metropolização decorrente da urbanização, amplificada pela industrialização na década de 1990 (VOLOCHKO, 2016).

Nas últimas décadas, a urbanização de Curitiba segue o fluxo da mundialização, a partir de uma lógica financeira que refuta articulações com os processos locais, como o surgimento de serviços especializados, empresas internacionais e produtos imobiliários. O autor ressalta que a capital do Paraná é espetacularizada em termos de planejamento urbano, sendo que constantemente produzem-se imagens que sintetizam, mitificam, personalizam e destacam a capacidade técnica e arquitetônica de Curitiba. Embora a cidade tenha vantagens

com essas práticas de planejamento e de turismo advindas da imagem de cidade modelo, a população sofre com a invisibilização de problemas urbanos, conflitos e periferização, em especial nas divisas com outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Os assentamentos informais proliferaram-se pela cidade a partir da industrialização na década de 1990, associada à internacionalização econômica e a desconcentração industrial de outras metrópoles, como São Paulo.

A partir de Florestan Fernandes (2008), entende-se que a população periférica e rural do Brasil não tem possibilidade de defender seus interesses por estar fora da ordem social, além disso, os impactos das elites rurais e urbanas, que no Paraná estão associadas ao controle da mídia e do poder político, impossibilitam qualquer modelo de reforma agrária ou revolução agrícola.

Já Prado Jr. (1979) reitera o fato de que os trabalhadores rurais vendem sua força de trabalho em um sistema de exploração econômica, caracterizando um regime capitalista dependente de um modelo agrário. Essas relações gestam as conflituosidades em prol de melhores condições de vida dos trabalhadores do meio rural.

Para Fernandes (2008), mesmo com a penetração do capitalismo no meio rural, há uma dissociação entre os modos de produção, pré-capitalistas, e as maneiras de comercialização capitalistas. Assim, por exemplo, o trabalhador rural é explorado e não tem direitos básicos garantidos enquanto a indústria agropecuária desenvolve-se tecnologicamente. Isso é uma dependência inserida em uma outra dependência, já que os espaços urbano e industrial dependeriam do excedente do campo, drenando as riquezas do meio rural para as cidades mais ricas do estado ou do Brasil ou para outros países.

Os trabalhadores rurais de pequenas propriedades eram marginalizados e excluídos da posse de terras. As relações entre posse de terra e desemprego. O contraditório papel da administração pública que ignorava as crises do campo e agia em conveniência com os interesses das elites, sem levar adiante os Planos Nacional e Regional de Reforma Agrária. A mobilização dos “[...] trabalhadores excluídos e marginalizados encontram meios de fazer a Reforma, que não andou de cima para baixo, a andar de baixo para cima, a reboque da pressão social” (SERRA, 2010, p. 89).

Os movimentos sociais que reivindicam o direito à moradia surgem na cidade a partir de associações com as *Comunidades Eclesiais de Base*, da Igreja Católica, partidos políticos e sindicatos. Essas organizações, a partir da década de 1980, vão coordenar movimentos e

reivindicações que ocorriam pelas periferias da cidade. Surgem assim as seguintes organizações urbanas: *Confederação Nacional de Associações de Moradores* (CONAM); *Central de Movimentos Populares* (CMP); *União Nacional de Moradia Popular* (UNMP); *Movimento Nacional de Luta por Moradia* (MNLM); e *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST) (VOLOCHKO, 2016).

Cabe salientar que a parcial abertura política do Regime Militar, as tensões advindas da construção de barragens de usinas hidrelétricas (que expulsa os trabalhadores, retira seus empregos e torna as pequenas propriedades reservatórios das usinas) bem como as discussões sobre a reforma agrária também impulsionaram esses movimentos sociais, principalmente o MST (SERRA, 2010).

Os dossiês elaborados pela *Comissão Estadual da Verdade do Paraná* (CEV-PR, 2017), que apurou crimes contra a humanidade cometidos ao longo da ditadura varguista e da ditadura militar, apontam que a perseguição aos camponeses, tanto pelo Estado, quanto pelos grandes proprietários de terra, foi comum. Além disso, o documento destaca a atuação de mulheres em lutas camponesas, movimentos de resistência armada, ocupações de terra e organizações de sindicatos.

Mas, cabe ressaltar que, mesmo com o surgimento desses movimentos sociais, a lógica de concentração midiática que impera no Brasil e no Paraná, associada ao poder político, dificulta com que sujeitos e grupos destituídos de posses tenham acesso e visibilidade às pautas que regem o jornalismo do estado. Como consideram Pierone & Zapani (2016, p. 251), são os “[...] velhos predicados do tempo das capitânicas que, por conseguinte, coadunaram para o surgimento do protagonista deste setorial - o coronel e sua dilação conceitual (o coronel eletrônico)”.

Se retornarmos ao início da Ditadura Militar, percebe-se que o sufocamento de setores da imprensa de esquerda impulsionou publicações independentes e alternativas, geralmente para noticiar os crimes praticados pelo Estado, tais quais as prisões arbitrárias, as torturas, as mortes e desaparecimentos de presos políticos. Entretanto, para Teles & Leite (2013) temas associados às questões da mulher não eram mencionados por esses veículos, visto que a repressão política, cada vez maior, ocupava a maior parte do espaço desses periódicos.

Com a edição número zero lançada em 9 de outubro de 1975 o *Jornal Brasil Mulher*, publicado pela *Sociedade Brasil Mulher* e inicialmente editado em Londrina, foi o primeiro periódico produzido por mulheres para mulheres (LEITE, 2003).



O periódico está ligado ao feminismo socialista, inicialmente formado por mulheres europeias do final do século XIX e início do século XX. Com isso, defende-se a formação política das mulheres, apoiando-se nos conteúdos produzidos para promover estudos, além de basear-se em uma organização popular, já que as mulheres que atuavam no jornal organizavam-se em partidos clandestinos de esquerda, sindicatos, clubes e associações de bairros, inclusive pelos vínculos estabelecidos com o movimento de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Essa postura de feministas socialistas engloba um projeto social que refuta as formas opressivas e exploratórias (COSTA; COSTA, 2021).

Na atualidade, com a diversidade de meios digitais, tais quais as redes sociais, *sites*, *blogs*, aplicativos de mensagem, por exemplo, os movimentos sociais também diversificaram sua atuação. O impacto da *internet* na formação, atuação e articulação dos movimentos sociais gera “[...] resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais, com impacto maior nas regiões urbanas, dadas as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais” (GOHN, 2018, p.119).

Neste artigo, destaca-se a atuação da assessoria de imprensa do MST do Paraná. Com isso, formaram-se comunidades virtuais, as quais consomem conteúdos informativos e noticiosos sobre a atuação dos movimentos sociais. Isso é uma forma de garantir visibilidade para as lutas e causas defendidas, que geralmente não possuem um espaço de destaque na mídia hegemônica do Paraná, a qual, como apontou-se anteriormente, está condicionada a uma estrutura elitista e de concentração de poder.

### **A persistência do sofrimento: imagens de mulheres no confronto por terras no Paraná**

O primeiro objeto empírico é a reportagem *Lavradoras Sem Terra*, veiculada na Edição número 5 do *Jornal Brasil Mulher*. Onofre e Etelvina, dois trabalhadores rurais do Paraná, são expulsos junto de outras 40 famílias, por cerca de 150 policiais militares de Cascavel. Durante a expulsão, com a pressão da força policial e com o ápice do conflito em curso, Etelvina, que estava grávida do sétimo filho do casal, entrou em trabalho de parto. “O neném ao vir ao mundo já tomaria conhecimento da miséria, e da proteção das autoridades aos poderosos” (*JORNAL BRASIL MULHER*, 1976, p.10).

**Imagem 1:** Ilustração de uma mãe com seus filhos



Fonte: *Jornal Brasil Mulher* (1976, n.5, p. 10) In: [Centro Sérgio Buarque de Holanda](#).

Acompanha a reportagem uma ilustração, Imagem 1, na qual nota-se a presença de uma mãe com um bebê de colo e um garotinho sentado ao seu lado. A mãe e os filhos foram deixados à beira de um caminho, sem perspectivas, enquanto seu marido, Onofre, estava na prefeitura reivindicando a terra perdida com o prefeito. O jornal captou o seguinte relato de Etelvina: “Nem o leite saia do peito [...] Fui até a prefeitura, onde recebi alguns remédios e meus filhos foram alimentados e a pedido de um funcionário da prefeitura, um médico foi chamado para examinar-me, pois eu estava muito fraca” (*JORNAL BRASIL MULHER*, 1976, p. 10).

Percebe-se os olhares dos sujeitos, a mãe com um semblante desolador, como ‘se olhasse para o nada’ e o menino com um olhar assustado. Os rostos são modos de responsabilizar o espectador, “[...] pedindo-me que não o deixe morrer” (BUTLER, 2019, p. 167). A midiaticização deles aponta para a autorização da violência, pois ao invés de enunciar a precariedade da vida, personificam o mal e desumanizam o sujeito (BUTLER, 2019, p. 167). Nessa desigualdade há vidas passíveis de serem destinadas à violência, pois os poderes definem as aparições e as condições que instituem a vida como precária.



A representação conduz a uma ideia de que essas pessoas estão desamparadas, como se sofressem sem que ninguém as auxiliasse, vivendo sem direitos básicos, como o acesso à moradia. Isso sem contar na dimensão de gênero que envolve as necessidades de cuidado e atenção com crianças pequenas, função geralmente exercida por mulheres. Entende-se, que essas atividades são desvalorizadas, o que fica é agravado pela negligência da sociedade em atentar-se para a necessidade de garantir habitação, alimentação, educação e saúde. No caso de Etelvina, por exemplo, pode-se inferir que com o trabalho de parto acelerado pelo estresse gerado na situação de conflito em que se encontrava, houve uma violência de gênero.

Já na atualidade, em janeiro de 2023, houve um despejo forçado de uma ocupação, chamada Povo Sem Medo, na região sul da capital do Paraná, Curitiba. Nesse caso, interessa para a análise uma imagem produzida durante o despejo, conforme a Imagem 2:

**Imagem 2:** Mãe e filhos acompanham a destruição de sua moradia durante o despejo forçado da comunidade Povo Sem Medo, Tatuquara, sul de Curitiba, em janeiro de 2023.



*Fonte:* Barbosa, J. (2023) In: [MST](#), 2023.

Todos os presentes na foto, uma mulher com uma criança de colo e um garoto, estão olhando em direção à máquina que derruba as casas. Seus rostos não são expostos. Isso impessoaliza o sofrimento dessas pessoas, retirando suas faces, como forma de preservá-los ao mesmo tempo que apaga suas lutas, suas reivindicações e necessidades. O rosto tem um valor expressivo nas imagens, embora a disposição dos corpos nas imagens permita com que

qualquer mãe seja capaz de identificar-se com a condição da mulher em evidência na imagem, que assiste passivamente a destruição de seu lar. O poder do Estado, figurativizado pela máquina, impõe-se à mãe e a seus filhos.

A matéria que acompanha a imagem trata-se de uma série de ações planejadas por organizações sociais, como o MST, em busca de direitos fundamentais na questão da moradia que seriam realizadas no dia 7 de março, próximo ao Dia Internacional da Mulher. Embora a matéria cite, nominalmente, algumas mulheres e suas situações de vida, de forma geral, valorizam-se dados estatísticos sobre desigualdades no acesso à moradia, para convocar as mulheres à luta, ao invés de relatar suas trajetórias de vida. O texto destaca as diversas ações realizadas pelo Estado para desocupar as áreas das comunidades Primavera, 29 de Março, Tiradentes 1 e 2 e Povo Sem Medo.

Um ponto de enlace entre as mulheres representadas pelas matérias jornalísticas é o prolongamento da expropriação de pessoas do campo ao meio urbano e que, no caso mais recente da ocupação Povo Sem Medo, continuam sendo expropriadas. Provavelmente, Etelvina, a primeira mulher analisada, passou por um processo de migração ao meio urbano. Isso conecta-se com o que Silva (2001) compreende como a ilusão existente na distinção entre as relações de cidade e campo e de campo e cidade, já que como as regiões periféricas dos centros urbanos são compostas por indivíduos oriundos do meio rural, por processos de expulsão, essas pessoas armazenam memórias e hábitos que, de algum modo, remetem aos seus antigos lares. “As tradições do mundo de antes, inseridas na sociabilidade ancorada nas relações familiares, de compadrio e de vizinhança, se desmoronam com a vinda para as cidades. Esse fato está relacionado ao modo de expulsão desses trabalhadores do campo” (SILVA, 2001, p. 102).

Sendo assim, em relação às duas imagens, pode-se considerar que os povos sobrevivem pela sua plasticidade, como capacidade de resistir às destruições que cotidianamente os ameaçam, além disso, sobrevivem por constituírem formas materiais e corpóreas de preservar suas memórias (DIDI-HUBERMAN, 2014).

Além disso, as mobilidades entre campo e cidade, ou até mesmo entre os centros urbanos e as áreas periféricas, altera as condutas de gênero, enquanto “[...] espaços sociais multidimensionais marcados por diferenças verticais e horizontais” (SILVA, 1993, p. 33). Se no meio rural o espaço feminino consiste, majoritariamente, no interior de suas casas ou no auxílio ao plantio, como no caso de Etelvina, no meio urbano as condutas de cuidado com o

lar são deixadas para o período da noite, quando chegam do trabalho. Inclusive, com a aceleração da urbanização, as condutas econômicas e consciências temporais dessas mulheres foram modificadas, sendo que, para Silva (1993), seus espaços de convivência reduzem-se, geralmente, ao trabalho, lar e locais onde adquirem produtos para a família, como supermercados. Em ambas as situações representadas pelos jornais percebe-se a sobrecarga de funções e de papéis desempenhados por essas mulheres, bem como a ausência de políticas públicas voltadas à valorização, reconhecimento e auxílio de suas condutas de cuidado.

A partir de Butler (2015; 2019) entende-se que a vulnerabilidade é uma estrutura de invisibilização das pessoas e das causas que elas defendem, e o reconhecimento depende de um quadro de inteligibilidade que garanta que os sujeitos sejam reconhecidos como tais e dignos de direitos. Os corpos de pessoas, como as mulheres que lutam pelo direito à moradia, organizam-se em uma comunidade de vulnerabilidade, algo que normaliza a violência que esses corpos estão sujeitos. Trata-se de condições de vulnerabilidade que determinam certos corpos como não dignos de viver. Entende-se, desse modo, que o corpo se expõe à violência em sua formulação, pois está em uma normatividade que antecede suas vontades.

No caso das mulheres, os imperativos ligados às condutas de gênero, como a figura da mãe que zela pelos filhos e pela família, devem ser considerados como fatores que amplificam a vulnerabilidade na luta política, já que esse espaço é predominantemente masculino. Butler (2010) reconhece que o poder determina a identidade de gênero e do corpo, além das possibilidades de resistência serem brechas que alteram o regime de normalidade.

Seguindo os postulados de Didi-Huberman (2014) nota-se que é pelas brechas da política que elementos e pessoas que, costumeiramente são ignoradas pela história, emergem. Trata-se de uma recusa aos estereótipos que condensam os corpos das mulheres que lutam pelo acesso à terra e à moradia, em coberturas midiáticas que documentem suas trajetórias de forma digna, ressignificando seus sofrimentos e dores. Isso, acrescido da responsabilidade que envolve olhar essas cenas e não permitir com que um lugar comum defina essas pessoas, já marginalizadas e privadas de direitos fundamentais. Deve-se, no discurso midiático, devolver o lugar e os rostos dessas pessoas, devolvendo suas capacidades de agir, representando-os menos como uma massa de pessoas e mais como uma comunidade. Os figurantes são incapazes de legibilidade, passam despercebidos diante de nossos olhos, camuflando-se com o fundo das cenas em que aparecem (DIDI-HUBERMAN, 2017).

## **Considerações finais**

Ao longo do artigo contextualizou-se historicamente a distribuição de terras no Paraná, notando o surgimento de conflitos e movimentos sociais. Ao debruçar-se sobre os uma ilustração que acompanha a da reportagem *Lavradoras Sem Terra*, veiculada em 1976 no *Jornal Brasil Mulher*, e uma fotografia veiculada no site do MST, de janeiro de 2023, percebeu-se os limites da própria historiografia ao relacionar dois episódios, um do passado e outro do presente, refletindo sobre a permanência de determinados problemas urbanos e rurais no estado. Com os casos repercutidos pela mídia, analisou-se os modos pelos quais as trajetórias de vida e as biografias de pessoas empobrecidas são representadas, atentando-se para suas reivindicações e seu reconhecimento na sociedade.

Essas imagens exercitam nossa memória política, enquanto durar nossas lembranças as lutas, os desejos, desses corpos não serão abandonados pela história. Elas obrigam-nos politicamente, enquanto observadores, diante de nossas possibilidades de atuar em uma comunidade sensível (DIDI-HUBERMAN, 2014).

Nos casos analisados, percebe-se que os deslocamentos populacionais rumo às grandes cidades do Paraná, em específico sua capital, Curitiba, envolvem correntes migratórias internas, resgatando as constatações de Balhana (1996), de sujeitos pobres que são expulsos do campo e passam a ocupar áreas periféricas dos centros urbanos.

Constatar esses conflitos na atualidade da cidade Curitiba expõem os percursos desiguais que englobam a ocupação do espaço geográfico, bem como as contradições existentes, como lembrou Volochko (2016), entre o mercado imobiliário e a espetacularização turística da capital do Paraná, a concentração de terras e a resistência a modelos de planejamento urbano que incluam as populações menos favorecidas no seio social, tais quais programas de regularização fundiária, programas federais de habitação, como *Minha Casa, Minha Vida*.

Há, ainda para Volochko (2016), uma dimensão que dificulta essas reivindicações: a concentração midiática por grupos hegemônicos associados ao capital político e financeiro do Paraná, embora os movimentos sociais busquem fortalecer suas estratégias de comunicação e atuação na cidade, em prol da democracia.

## Referências

- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 87, p. 39–50, 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ (CEV-PR). **Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban: Volume I**. São Paulo: TikiBooks, 2017.
- COSTA, Larissa Shayanna Ferreira; COSTA, Verônica Soares da. A trabalhadora no Brasil Mulher: análise das capas do 8 de março. **Em Pauta**, v. 19, n. 47, 2021, p.35-49.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Pueblos expuestos, pueblos figurantes**. Buenos Aires: Manantial, 2014.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Povos expostos, povos figurantes. **Vista**, n.1, p.16-31, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008 [1975].
- GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade—uma nova cultura de participação. **Caderno CrH**, v. 31, p. 117-133, 2018.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, v. 11, 2003.
- OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**, n,7, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5287>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- PIERONE, Geraldo Magela; ZAPANI, Andre Kron Marques. Coronelismo eletrônico: a concentração do poder midiático nacional e no Paraná. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 11, p. 241-266, 2016.
- SERRA, Elpidio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. As cidades dos bóias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. **TRAVESSIA - revista do migrante**, n. 15, p. 30–34, 1993.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. A cultura na esteira do tempo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 102–112, jul. 2001.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada (1975-1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

VOLOCHKO, Danilo. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **GeoTextos**, v. 12, n. 1, 2016.

### **Fontes**

GHISI, Ednubia. Mulheres do campo e da cidade do PR preparam marcha por direitos e ‘despejo zero’, em Curitiba. [MST](#), 3 mar. 2023.

JORNAL BRASIL MULHER. **Lavradoras sem terra**. Ano I, n.5, p.8-10, 1976. In: [Centro Sérgio Buarque de Holanda](#), 2023.

*Artigo submetido em: 10 de setembro de 2023.*

*Artigo aprovado em: 11 de novembro de 2023.*